

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARCUS VINÍCIUS SANT'ANA OLIVEIRA

**INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO (IED) E DESENVOLVIMENTO:  
UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO  
DIRETO E SEUS EFEITOS NO BRASIL E NA CHINA ENTRE A DÉCADA DE  
1980 E 2010.**

UBERLÂNDIA, MG  
JANEIRO, 2023

## **Resumo**

O Investimento Direto Externo (IED) vem crescendo cada vez mais no mundo desde a década de 1980 pelas políticas neoliberais implantadas em diversos governos do globo. Seus efeitos podem ser benéficos ou maléficos a um país dependendo da maneira que este é realizado e do modo que o Estado lida com este fator por meio de políticas. O presente artigo busca analisar as consequências evidenciadas em dois países, China e Brasil, no que tange ao recebimento de IED a partir da década de 1980 até o ano de 2010. Por parte da China, foi evidenciado uma certa superação do subdesenvolvimento e, no caso brasileiro evidenciou-se uma manutenção desta característica além de uma reprimarização, ou seja, o país, que se encontrava em vias de industrialização, voltou sua pauta exportadora para produtos primários.

## **Palavras-chave**

Investimento Estrangeiro Direto. Brasil. China. Multinacionais. Industrialização. Desindustrialização. Desenvolvimento.

## Introdução

A ascensão da economia chinesa é algo que intriga estudiosos por todo o mundo devido à velocidade em que ocorreu, mesmo após tantas dificuldades passadas pela nação nos últimos dois séculos. No século XVIII e XIX o país viu seu contingente populacional aumentar exponencialmente o que levou à maior vulnerabilidade de sua população no que tange à secas, alagamentos, condições climáticas, dentre outros. Além disso, o Governo Britânico passou a controlar certos pontos de seu território implementando ainda políticas comerciais que desfavoreciam a nação asiática, por meio da exportação de produtos manufaturados visando o escoamento de sua produção, fato que prejudicou os meios de subsistência dos artesãos e pequenos produtores chineses. Ademais, guerras e rebeliões marcaram o fim dos anos 1800's contribuindo para o chamado século perdido, este que perdurou de meados de 1850 até a década de 1980. (KISSINGER, 2011)

O chamado “milagre chinês” só tem seu início com a morte de Mao e a chegada ao poder de Deng Xiaoping e a apresentação de seu plano de reformas em 1978, este o responsável por adotar políticas de abertura comercial que contribuíram para a rápida industrialização realizada em grande parte pelo apoio e controle estatal, o chamado “socialismo com características chinesas”. A modernização ocorreria em diversas áreas e passaria por acompanhamentos e definições de metas periódicas, os já realizados “planos quinquenais”. Desta vez o país obtém sucesso com as reformas apresentadas e passa por um forte período de crescimento que já perdura por mais de quatro décadas. (KISSINGER, 2011)

Do outro lado do globo, o Brasil da década de 1980, assim como a China ao fim dos anos 1970, não se encontrava na melhor situação econômica. Após o que ficou conhecido como ‘milagre econômico brasileiro’ nos anos 1960 e 1970, o país enfrentou um período difícil de baixo crescimento econômico e hiperinflação. No momento em que o volume de comércio internacional e IED aumentava consideravelmente no mundo, a economia brasileira sofria e não acompanhava as novas tendências. Neste período, a política comercial brasileira estava focada no protecionismo econômico. De acordo com Kume e Piani (2003), a industrialização no país se baseava na dinâmica de substituição

das importações, ou seja, priorizava-se a produção interna em detrimento da importação de bens e serviços estrangeiros ao menos que não houvesse substituto similar em território nacional. Tal fato pode ser observado pelas altas taxas de importação e de controle alfandegário praticadas no país. Contudo, a partir de 1988, a política comercial do Brasil passa por diversas alterações e os primeiros ciclos de abertura comercial se iniciam. Ao todo, foram realizados três programas de redução de tarifas e eliminação de barreiras de importação: de 1988 a 1989, 1991 a 1993 e 1993 a 1994. (KUME e PIANI, 2003)

A abertura comercial brasileira tem impacto profundo no parque industrial construído e fortemente protegido nas décadas anteriores. Com o aumento significativo da competição, por meio das multinacionais aqui estabelecidas e pelo aumento do consumo de produtos importados, diversas companhias brasileiras reduzem suas margens e, inúmeras outras, não conseguem adaptar-se e acabam por vir a falência no decorrer dos anos 1990. A desindustrialização brasileira passa a ser um fato, podendo ser observado pela participação do segmento no PIB nacional, este que foi de 32,1% em 1986 para 19,7% em 1998. (OREIRO e FEIJÓ, 2010)

Tendo todo o exposto, é importante para o trabalho em questão que sejam definidos certos conceitos aqui abordados. Os principais atores do chamado investimento externo direto (ou investimento direto no país, terminologia recentemente utilizada) são as empresas multinacionais, ou transnacionais, estas que conquistaram cada vez mais espaço ao longo do século XX e que contribuíram para a globalização neste período. Se faz necessário entender, portanto, o significado de uma empresa multinacional, suas motivações, meios de atuação e participação em outros países além dos efeitos que causa tanto no país sede da companhia e em seu destino.

Quanto às transnacionais, Dunning e Lundan (2008) definem como uma das diversas organizações que atuam nos negócios internacionais. Agregam valor em diferentes atividades de produção e comércio de outros países, podendo ser privadas ou públicas quando controladas pelo governo de uma nação. Pode se tratar tanto de uma grande corporação que possui uma rede de atividades espalhadas por vários continentes como de uma empresa que vende um único produto para um mercado diferente de seu mercado de origem. O

controle de grande parte das multinacionais é atribuído a um único país, porém com a intensificação da globalização, atualmente grandes corporações tem a produção em uma determinada região, venda em um outro mercado, P&D (Pesquisa e desenvolvimento) em um local, são listadas em bolsas de valores ao redor de todo o globo, possuem funcionários de múltiplos países em todos os níveis da hierarquia de controle, ou seja, os “*shareholders*” (entidades que atuam ou são afetadas pela empresa) se encontram em inúmeros locais que não o país de origem. Com isso, fica complexo estabelecer uma única nacionalidade à uma transnacional. Um exemplo são as pesquisas realizadas por empresas norte-americanas, onde 13,2% já era realizado internacionalmente. (DUNNING E LUNDAN, 2008)

Luiz Carlos Bresser (1978), aborda o tema trazendo uma distinção entre “empresas internacionais” e “multinacionais”. De acordo com o autor, empresas internacionais existem há vários séculos e até hoje pode ser caracterizada como uma companhia que atua em dois ou mais países. Multinacionais, por outro lado, vem com o avanço do capitalismo e com a influência norte-americana a partir da década de 1950, quando grandes corporações formaram verdadeiros oligopólios ao redor do globo e que permitiu a unificação de processos produtivos, comerciais e financeiros tanto em países de centro como de periferia. (BRESSER-PEREIRA, 1978)

Quanto à sua forma de atuação, Hymer (1976) expõe diferentes modalidades em que o IED pode ser exercido. Entre o controle total de uma empresa por uma entidade nacional e o controle total de uma empresa por uma entidade internacional existe uma variedade de relações possíveis e que irão determinar o tipo de IED. Uma companhia pode controlar majoritariamente outra em um determinado país; a companhia pode ser uma *joint-venture*, modalidade em que metade do controle está em mãos nacionais e a outra metade sob o controle internacional; a empresa pode ter a relação de participação minoritária em pares internacionais; e, por fim, pode haver uma relação de licenciamento para determinados produtos ou serviços de uma empresa em um outro país. (HYMER, 1976)

Trazendo de volta o trabalho de Dunning e Lundan (2008), um dos mais completos da bibliografia sobre o tema, é importante determinar os motivos pelos quais empresas decidem se internacionalizar. A análise é feita levando

diversos fatores em consideração, ponderando todos de modo decidir será o retorno será positivo ou não no tocante ao investimento em outros países. Segundo o autor, esses motivos são: “(i) exploração de recursos locais; (ii) exploração do mercado local; (iii) busca de ganhos de eficiência; (iv) fortalecimento estratégico; e (v) ganho de capacidade específica. (DUNNIG E LUNDAN, 2008)

Nesse sentido, nota-se que a decisão de uma empresa se internacionalizar leva em consideração diversos fatores que não apenas a expansão de mercado. A aquisição de ativos específicos, ganhos de eficiência, ganhos de escala, possibilidade de se estabelecer nas proximidades de um mercado, ganhos de know-how, redução de custos, facilidade logística, benefícios tributários e diversos outros fatores que devem ser ponderados para que uma multinacional possa, enfim, realizar um investimento em um território alheio. Contudo, nota-se que os efeitos do IED nem sempre são claros, seja para o país que recebe, seja para o país de origem dos recursos.

Voltando ao caso chinês, observa-se que o IED passou a ganhar força a partir da década de 1980. Uma das medidas presentes na reforma de 1978 dispunha que empresas estrangeiras não poderiam realizar investimentos exclusivamente estrangeiros. Assim, foi fomentada a criação de *joint-ventures*, ou seja, companhias que eram criadas com capital externo, mas que requeriam uma gestão conjunta com empresas chinesas. Tal fato possibilitou a transferência operacional, de conhecimento e de tecnologia necessária para modernizar o até então atrasado parque industrial chinês, e, acima de tudo possibilitou que parte das decisões e do capital destas empresas estrangeiras permanecesse no país. (PAUTASSO, 2011)

Já no caso brasileiro, após o ano de 1995, o crescimento do IED recebido pelo país foi significativo e isso se deu tanto pela abertura comercial já citada, quanto pela estabilização econômica possibilitada pelo Plano Real. Acreditava-se que o investimento estrangeiro poderia contribuir para o aumento das exportações, porém como notado, não foi o que ocorreu. De fato, como pontuado pelos autores Sarti e Laplane (1997), permitiu o aumento da eficiência e competitividade em setores ultrapassados, porém como o direcionamento do capital era voltado para o mercado interno, o que ocorreu foi

um aumento das importações de produtos e um consequente déficit comercial. Além disso, devido à abertura comercial da década de 1990, boa parte do investimento aqui realizado não foi destinado ao aprimoramento da infraestrutura ou em novos projetos, mas sim na aquisição de empresas estatais recém-privatizadas, o que não contribui de fato para o crescimento de um país visto que apenas causa a desnacionalização de empresas até então estatais. (SARTI e LAPLANE, 1997)

## **1. Histórico do caso chinês, ascensão e recebimento de IED.**

Dentre as poucas civilizações milenares existentes na Terra, destaca-se a sociedade chinesa e sua riquíssima história. Enquanto os egípcios construíam enormes pirâmides e os romanos nem sequer pensavam em dominar o continente europeu, os povos do que viria a se tornar a China já prosperavam tanto na questão da agricultura como nas escritas e filosofias. Tão longe quanto dois milênios antes de Cristo já surgiam os primeiros caracteres e, algumas ramificações surgidas durante o período de Confúcio em pleno século V a.c. ainda podem ser entendidas até hoje por chineses contemporâneos. (KISSINGER, 2011)

Após séculos de história, no início do século XX, o país se encontrava dividido em dois principais grupos: o recém-criado Partido Comunista Chinês e o Partido Nacionalista, ambos tendo sua certa área de influência na antiga região dominada pelo império Qing. Contudo, sem um comando central, a China se tornou um alvo vulnerável às tentativas imperiais da Primeira Guerra Mundial. Parte da região da Manchúria dominada pela Alemanha é invadida pelo Japão, este que lutou do lado dos Aliados nesta ocasião. Em 1937, contudo, sua sede pela conquista é reanimada e o país embarca em uma ofensiva contra a China na intenção de dominar e controlar outras regiões. (KISSINGER, 2011)

A Segunda Guerra Mundial inicia-se logo em seguida e, desta vez, os Aliados (Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos) são obrigados a se opor às tentativas imperialistas do Japão, integrante do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) nesta ocasião. Com o fim da Guerra e a vitória dos Aliados, a China sai como uma potência mundial, porém ainda em clima de

guerra civil. Potências ocidentais, em especial os Estados Unidos, intervêm na tentativa de acalmar a situação e propõem um encontro entre o líder nacionalista do partido Kuomintang, Chiang Kai-shek e o líder comunista Mao Zedong. A empreitada não funciona e as hostilidades retomam até que em 1949 os nacionalistas reconhecem a derrota se exilando na Ilha de Formosa onde fundam a República da China, conhecida posteriormente como Taiwan. Do outro lado, na parte continental recém tomada é fundada a República Popular da China, segundo Estado Nação se autodeclarado como comunista do mundo. (KISSINGER, 2011)

Fica caracterizado como o “século dos tratados” “século perdido” ou mesmo “século da humilhação” o período que compreende de 1842, como o Tratado de Nanquim até 1943, quando os EUA e o Reino Unido abandonam a extraterritorialidade como ponto focal de sua política externa. O período fica caracterizado, de acordo com Fairbanks e Goldman pelos seguintes acontecimentos:

“(1) Crescente abertura chinesa ao contato externo, (2) invasões militares externas indo desde os ataques periféricos dos ingleses e franceses às duas invasões pelo Japão (1894-1895, 1931-1937-1945), (3) Invasões comerciais e religiosas ocidentais iniciando-se por Guangzhou já na década de 1830 e que foram aumentando de forma constante pelo menos até o fim da década de 1930, e (4) o retorno dos chineses ao poder primeiro com os Nacionalistas e segundo com os Comunistas.” (FAIRBANK E GOLDMAN, 2006; tradução minha)

Inicia-se uma nova dinastia no país com a ascensão de Mao e o Partido Comunista. O governo do recém intitulado líder representaria novamente um período conturbado e de baixo crescimento econômico. Ideias e políticas revolucionárias foram adotadas durante a era que compreendeu a década de 1950 até o fim da década de 1970, com sua morte e subsequente sucessão por Deng Xiaoping. No que diz respeito aos oito primeiros anos de seu governo (1949-1957), estes foram marcados por um período criativo de reconstrução, crescimento e inovação de acordo com Fairbanks e Goldman. Instituiu-se um modelo de agricultura coletivista, este que perduraria pelos próximos 20 anos, e um modelo de industrialização seguindo os moldes soviético. (FAIRBANK e GOLDMAN, 2006)



A próxima fase, conhecida como Grande Salto para a Frente (1958-1960), viu um aumento significativo de reformas e uma concentração de poder maior em seu líder Mao. O campo passou a ser organizado em “comunas” controladas por um Comitê Central que regulava a produção. Secas e inundações por diversas partes do país prejudicaram tal política e os próximos anos foram marcados pela recuperação econômica desse período. Em 1976, Mao lança sua maior empreitada com a Revolução Cultural, período em que foram instituídas políticas radicais em todos os aspectos da sociedade chinesa visando excluir práticas capitalistas do país. Excessos de violência, mudanças radicais em instituições tradicionais chinesas, políticas que não obtiveram o retorno esperado e diversos assassinatos foram a causa de mais de 20 milhões de mortes e uma retração econômica garantindo ao período o título de “os dez anos perdidos”. (FAIRBANK e GOLDMAN, 2006)

## **1.2. Ascensão como potência e crescimento do IED na China a partir da década de 1990**

Depois de mais de um século de percalços, a China se encontra novamente em profunda crise. As reformas de Mao não foram capazes de melhorar a situação do país, ao contrário, a Revolução Cultural deixou diversas sequelas na sociedade. A situação da grande nação parecia não ter saída, porém sua população mal poderia esperar pelo que estava por vir. O milagre econômico chinês inicia-se com um nome: Deng Xiaoping.

Deng já fazia parte do PCCh e era próximo do então líder Mao, porém, antes de assumir o poder, havia sido preso/exilado em duas ocasiões diferentes por ser um “companheiro da jornada do capitalismo”, a primeira em 1966 e a segunda em 1973. Suas saídas do alto comando do governo foram passageiras e rápidas mostrando que sua presença era de suma importância para o partido, além de sua influência. Se demonstrava um líder técnico e que presava pela pesquisa. Em seus discursos pré-ascensão, chegou a declarar que a solução para o país estava no foco em ciência e tecnologia, pontos que viabilizariam o desenvolvimento da nação. Mao Zedong vem a falecer em 1976 e logo Deng volta à cena política. (KISSINGER, 2011)

Retornando de seu segundo exílio em 1977, enfatizou que a China precisava-se abrir ao ocidente e ao capital estrangeiro; pregou a

descentralização do país na intenção de governar melhor suas diversas regiões; e flexibilizou o discurso ideológico característico de Mao e seus antecessores. Em 1978, durante o 11º Comitê Central do Partido Comunista Chinês, Deng ascende ao poder como chefe da organização e o slogan que a China adota neste momento antecipa parte do que estava por vir no país: “Reforma e Abertura”. Em uma ruptura com a ortodoxia maoísta, a criatividade do povo chinês passa a ser exaltada e inicia-se, assim, o processo da chamada “modernização socialista” (KISSINGER, 2011)

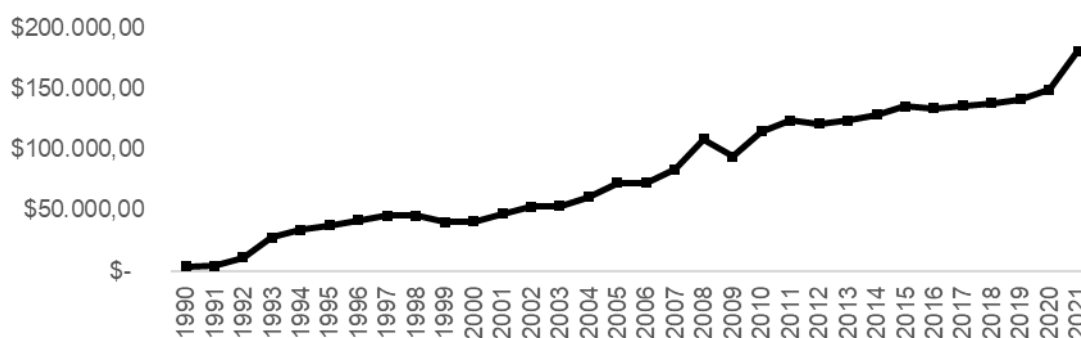
Segundo Pautasso (2011), depois de algumas décadas de experimentações do PCCh, a China finalmente consegue corrigir seu direcionamento com as políticas de reforma e abertura, possibilitando seu desenvolvimento até os dias atuais. O início desta abertura deu-se pela junção da política estatal com o setor privado. Tendo como base a ideia Keynesiana de “Estado”, este deve ser o responsável por influenciar as decisões de investimento privada e estimular o consumo interno por meio dos impostos, política de taxa de juros e outros fatores. Nesse sentido, ele deve guiar o mercado, corrigindo os excessos e faltas da dinâmica liberal do capitalismo. (KEYNES, 1936) Percebe-se então a semelhança com o que foi realizado no estado chinês a partir da ascensão de Deng. Diferentemente do que era erroneamente difundido na época, as políticas neoliberais que estavam em ascensão nos anos 1980 não estavam no foco do governo. Ao contrário, os esforços estavam no estímulo à exportação, na proteção do mercado interno, no fortalecimento de empresas estatais, na busca por uma conciliação com o mercado, e principalmente no planejamento central.

Ademais, é possível notar três desafios principais enfrentados pela China e que estavam em pautas nos debates a respeito de políticas que visavam seu desenvolvimento. São três eixos de atuação que o país deveria seguir sendo a integridade territorial, integração regional e a promoção do mercado interno. Quanto ao primeiro eixo, a dificuldade estava em manter a nação coesa. Após séculos de conflitos internos, a unidade territorial prevaleceu de certa forma, mas, na década de 1980, ainda havia certas regiões que causavam distúrbio à integridade como Xinjiang, o Tibete, a Ilha de Taiwan, Hong Kong e Macau. Alguns destes territórios foram reincorporados ao longo dos anos seguintes, porém não todos, o que ainda gera certo incômodo

para o PCCh. O segundo eixo visava reduzir a desigualdade sociais e econômicas que certas regiões do país ainda enfrentavam. Tal fato vem sendo combatido com um pesado investimento em infraestrutura feito pelo governo central, e com grandes projetos trazendo como exemplo o “Grande Desenvolvimento do Oeste” (em 1999) e a construção da usina de Três Gargantas. O terceiro eixo diz respeito ao desenvolvimento de um mercado interno, este importante para absorver parte da produção do país e melhorar as condições de PIB per capita de seus cidadãos. Esse processo pôde ser feito com investimento na especialização da agricultura, esta que possibilitou um maior suprimento de alimentos para as cidades e retirou parte da força de trabalho que até então estava empregada no campo e a disponibilizou para o trabalho em indústrias e manufaturas urbanas. Todo esse processo garantiu que a China elevasse o PIB per capita em poder de paridade de compra de USD 800 na década de 1980 para USD 7.000 em 2011. (Atualmente, encontra-se em torno de USD 19.000). Dando sequência, sua população urbana passou de 311 milhões de pessoas na década de 1980 para 600 milhões de habitantes em 2011. (Aproximadamente 850 milhões de pessoas atualmente). (PAUTASSO, 2011)

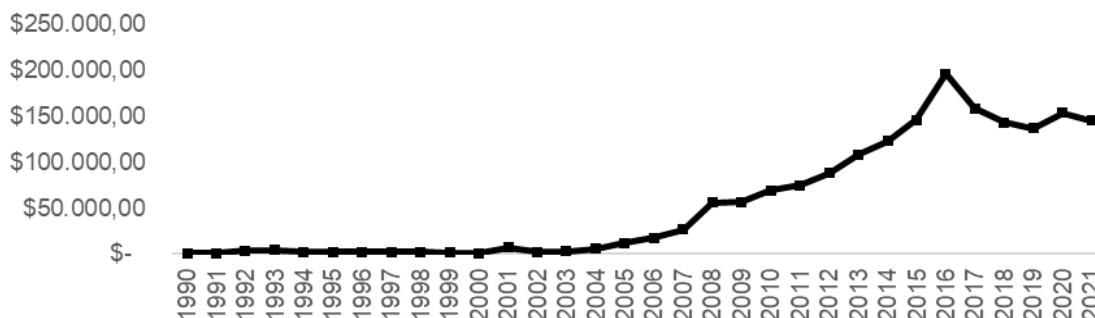
Quanto ao IED, Deng, seus sucessores, e sua política de abertura comercial permitiram o aumento tanto do fluxo recebido no país quanto do fluxo realizado. Os gráficos abaixo fornecidos pela UNCTAD exibem o crescimento do IED na China do início da década de 1990 até 2021. Nota-se que o recebimento se intensificou logo no início da década de 1990 e possibilitou que o fluxo de realização se intensificasse a partir de 2007.

**Gráfico 1** – IED recebido pela China 1990-2021 (em milhões de USD)



**Fonte:** UNCTAD (2022)

**Gráfico 2** – IED realizado pela China 1990-2021 (em milhões de USD)



**Fonte:** UNCTAD (2022)

Dois pontos devem ser levados em consideração em se tratando do início das políticas de investimento externo na China. O primeiro diz respeito aos tipos possíveis de IED estabelecidos e difundidos já a partir da década de 1980. Estes poderiam ser divididos do seguinte modo segundo Alves Filho (2007):

- 1) Joint ventures de capital próprio: sócio estrangeiro e chinês investem no empreendimento e partilham riscos, resultados, gestão, e controle da operação. Neste caso, necessita-se de uma autorização do governo e a parte estrangeira deve ser maior do que 25% do capital total;
- 2) Joint ventures cooperativas: sócio estrangeiro pode entrar não somente com valores pecuniários, mas também com tecnologia, máquinas e equipamentos, know-how, estrutura física para operação, dentre outros;
- 3) Desenvolvimento conjunto: sócio estrangeiro entra na participação para exploração de matéria prima;
- 4) Empresas limitadas financiadas por capital estrangeiro de capital conjunto;

- 5) Empresas de capital totalmente estrangeiro: financiadas apenas por sócios estrangeiros, era um tipo menos comum devido à dificuldade de se operar nesta modalidade;

Aqui nota-se uma peculiaridade do IED chinês e que foi de suma importância para o subsequente desenvolvimento da nação. A maioria do capital estrangeiro que chegava no país destinava-se principalmente à confecção de joint-ventures. Até 1990, havia apenas 18 empresas de capital totalmente estrangeiras operando no país. O investimento realizado destinava majoritariamente às joint-ventures cooperativas e de capital próprio. O benefício que este modelo traz à nação é a transferência de tecnologia, máquinas e, principalmente *know-how* para os sócios chineses, estes muitas vezes sendo empresas controladas pelo próprio Estado. O grande diferencial foi a capacidade do sócio nacional de absorver estas tecnologia e capacidades de gestão, de modo rápido, barato e que dificilmente seria acessível de outra maneira, possibilitando a modernização de determinados setores da economia e a melhor qualificação laboral de sua população. (FILHO, 2007)

Shenkar (2003) pontua ainda que estas empresas que estavam dispostas a transferir capital intelectual eram beneficiadas com isenções fiscais, acesso a terrenos e prédios de maneira mais simples, acesso ao crescente mercado interno chinês, e taxas de exportação menores. Além disso, nota-se que em um primeiro momento, o PCCh priorizou os setores industriais e de manufatura para receberem tais investimento. A intenção era absorver a crescente mão de obra recém-chegada aos grandes centros urbanos oriundas do campo que passava por reformas significativas. Em 2002, o investimento destinado a setores de manufatura chegou a 71% do total recebido. (FILHO, 2007)

O segundo ponto refere-se à localização destes investimentos. De acordo com Alves Filho (2007), são quatro diferentes tipos de zonas especiais em que pode ser realizado o IED. São elas as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), Cidades Costeiras Abertas (CCAs), Regiões Costeiras Economicamente Abertas (RCEAs) e as Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDETs), sendo as mais famosas as ZEEs. Estas localidades recebiam quase a totalidade dos investimentos e possuíam

condições tributárias e fiscais diferenciadas do restante do país. Até a década de 1990, cerca de 63% do investimento recebido tinham origem de Hong Kong e Taiwan. (FILHO, 2007)

Para as grandes empresas multinacionais, ficava cada vez mais difícil não se instalarem na China, especialmente nas zonas especiais descritas acima. Companhias industriais, de tecnologia, automotiva, dentre outras precisavam mais da China do que o contrário. A transferência de tecnologia foi suportada, para que fosse possível a penetração neste mercado. Grandes corporações como Intel, General Motors eram impelidas a investir no país para se aproveitarem da mão de obra barata e economia em ascensão. O desenvolvimento de seu mercado interno, este que já contava com 1,2 bilhão de consumidores, também atraiu as empresas de alta tecnologia, as chamadas *high-tech*. Tais fatores foram determinantes para a exposição de empresas estatais e privadas aos conhecimentos e boas práticas de seus principais competidores, fazendo com que seus *players* participassem também dos lucros recebidos e se tornassem competitivos no mercado externo. (ARRIGHI, 2007)

Essa atração de investimentos, acima de tudo, foi importante para modernizar determinadas regiões da nação, especialmente a zona costeira leste, onde se encontravam as principais ZEEs, além dos principais portos responsáveis pelo escoamento de produtos do país. Projetos de infraestrutura e focados em educação de alta qualidade foram realizados e tiveram grande impacto, levando o número de estudantes para 340 milhões e aumentando a média de anos de estudo para 8 anos. Além disso, contribuiu também para a formação de três cadeias de produção e manufaturas no país sendo elas: o delta do Rio Yangtze, especializada na indústria de capital intensivo, produção de carros, semicondutores, telefones celulares e computadores; o delta do rio Pearl, especializada em manufaturas de mão de obra intensiva, como produção de partes e montagem; e, por fim, Zhongguan Cun, em Pequim, conhecida como o vale do silício chinês. (ARRIGHI, 2007)

Desde a metade dos anos 1990, esta indústria de eletrônicos, que exige maior especialização por parte de seus trabalhadores, também observou um crescimento explosivo. O produto deste segmento foi de 253 bilhões de yuans em 1995 para 2,7 trilhões em 2005. A política de “Transferência de tecnologia em troca de mercado interno” foi utilizada e o resultado foi excepcional. O

governo em seu planejamento central colocou foco na indústria e a definiu como chave para o desenvolvimento da China. Do total de IED recebido no ano de 2000, 18% foi destinado apenas ao setor de eletrônicos. Os efeitos do chamado “*spill-over*”, ou seja, benefícios advindos das externalidades causadas por essa transferência de tecnologia foram importantes e contribuíram para o desenvolvimento tecnológico do país. (ZHAO, 2007)

Tendo tudo isso em vista, Morais (2015) nota também um importante processo que foi a mudança da inserção da economia chinesa nas cadeias globais de produção. Ao contrário de vários países, incluindo o Brasil, que acabam se estagnando na produção de bens primários, limitados à montagem de bens ou mesmo à produção de bens de baixo valor agregado, a China começa a ascender na hierarquia global de produção, tornando sua pauta de exportação mais sofisticada e com a presença de bens de maior valor agregado. O valor adicionado das exportações cresce de 54% em 1997 para 60,6% em 2007. Crescimento econômico, aumento da renda per capita, progresso tecnológico e a exportação de bens com maior valor agregado são vários dos benefícios que China obteve ao longo deste processo. (MORAIS, 2015)

Desde o fim da década de 1970, quando se deram o início das reformas, o país asiático se transformou completamente. O PIB per capita em termos de paridade de compra cresceu 10% ao ano, aumentando de USD 250,00 em 1980 para USD 9.040,00 em 2014. Desde 2013 ela apresenta o maior volume de transações internacionais afetando a balança da maioria dos países do globo. Em se tratando do nível das exportações e importações, o montante em dólares foi de USD 9,75 bilhões e USD 10,89 bilhões em 1978 para USD 2,34 trilhões e USD 1,96 trilhões respectivamente. Apresentavam, ainda por cima, o maior volume de reservas internacionais do mundo em 2014, sendo de USD 3,84 trilhões. O IED recebido foi de USD 1,4 bilhão em 1984 para USD 119,6 bilhões em 2014. Além disso, o país passou a ser um grande exportador de IED, passando de ínfimos USD 0,8 bilhão em 1990 para USD 140 bilhões em 2014. (JABBOUR E DANTAS, 2017)

Por fim, em se tratando deste IED realizado pela China, destaca-se duas políticas que foram foco do PCCh ao longo das últimas décadas, sendo o *Going Global* e o *One Belt, One Road*, mais conhecida em português como a

Nova Rota da Seda. Iniciada em 1999 e ainda vigente, a política *Going Global* tinha diversos intuitos. O primeiro era se projetar globalmente para assegurar o acesso à recursos naturais, tendo o foco na África, América Latina e Oceania. O segundo era estimular empresas chinesas a exportarem mais, por meio de benefícios fiscais, tributários, subsídios, acordos e programas facilitadores, visando também a projeção de multinacionais chinesas dos diversos setores, como commodities, alimentos, bebidas, bens de consumo, dentre outros. Por outro lado, a *One Belt, One Road*, rebatizada posteriormente de *Belt and Road*, foi um conjunto de políticas aglutinadas e lançadas por Xi Jinping em 2013 na intenção de investir em infraestrutura ferroviária e portuária na Ásia Central/Ocidental, Sudeste Asiático, Rússia e até a Europa, na intenção de integrar as diversas regiões, além de desenvolver o oeste chinês, ainda bastante desigual comparada à região costeira. (MENDONÇA, FILHO E OLIVEIRA, 2021)

Percebe-se assim que o IED recebido a partir da década de 1990 foi importante para o desenvolvimento chinês e seu acelerado crescimento nas últimas décadas. A nação soube utilizar seu imenso mercado interno como barganha para conseguir um efeito *spill-over* ocasionado pela transferência de tecnologia advindas das multinacionais que se instalavam e investiam em território nacional. Após certo período de acumulação, a China também foi perspicaz em se projetar para o mundo realizando investimentos em diversos locais do globo. Tais investimento além de beneficiar seus próprios negócios ainda servem como método de exercer o chamado *soft-power* com nações menores, que acabam por criar certa dependência em relação à China. Pode ser caracterizado da mesma forma como o imperialismo moderno. A seguir será analisado o caso do Brasil, países latino-americano que recebeu IED a partir da década de 1960, porém teve resultados completamente diferentes do observado no país asiático.

## **2. Histórico brasileiro de industrialização, abertura comercial e recebimento de IED**

Desde o início de sua formação, o Estado brasileiro passou por diversos ciclos econômicos, estes sempre ligados ao chamado setor primário. Iniciou-se com o ciclo da cana açúcar, passou pelo ciclo do ouro até chegar no ciclo do



café em meados do século XIX. Como a dinâmica de produção se voltava às exportações, a oferta de bens internamente era suprida pelas importações de produtos, originados principalmente da América do Norte e Europa. Com o desenvolvimento do setor agrícola, o excedente de capital gerado possibilitou o surgimento de uma incipiente indústria no país. O número de fábricas duplicou de 1895 até 1914 e o investimento em manufaturas multiplicou-se por cinco vezes. A produção estava voltada à bens leves de consumo, processamento de alimentos e bebidas, eletricidade, dentre outros. (MATTEI E JÚNIOR, 2009)

Na década de 1920, com o fim da primeira Guerra Mundial, as importações foram prejudicadas, porém evidenciou-se uma valorização nos preços do café. Tal fato possibilitou que renda das exportações se mantivessem e o capital excedente fosse destinado às indústrias. Nesta década a produção industrial cresceu em média 5% ao ano, chegando a representar 12,5% do PIB ao fim do período. (MATTEI E JÚNIOR, 2009)

Com o advento da crise de 1929 o preço do café desaba e a economia brasileira se desestabiliza, levando o país a uma profunda crise. Prebisch (1968) e o que ficou conhecida como a escola cepalina (dada a CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe), analisam a ideia de países centrais e periféricos. Os autores afirmam existir um grupo de países chamados de centrais, detentores do conhecimento e da tecnologia voltada à indústria, e países periféricos, agroexportadores e voltados ao setor primário. Não há transferência de tecnologia do centro à periferia, o que ocasiona em uma relação desigual de trocas, visto que os produtos primários, ou comoditizados, tendem a ter seus preços desvalorizados, enquanto bens industriais e que possuem carga de tecnologia tendem a ter seus preços valorizados ao longo do tempo. (COUTO, 2017)

Assim, a partir da crise supracitada, o Brasil inicia o processo de substituição das importações. As políticas adotadas eram de aumento das tarifas alfandegárias para produtos importados visando estimular a indústria nacional e o estímulo a exportação, principalmente destes produtos industrializados. Em um primeiro momento, o governo chegou a comprar parte do estoque de café visando garantir a estabilidade dos cafeicultores, estes bastante afetados pela crise. Além disso, o já significativo mercado interno e, uma estrutura industrial de base formada, possibilitou que o modelo se

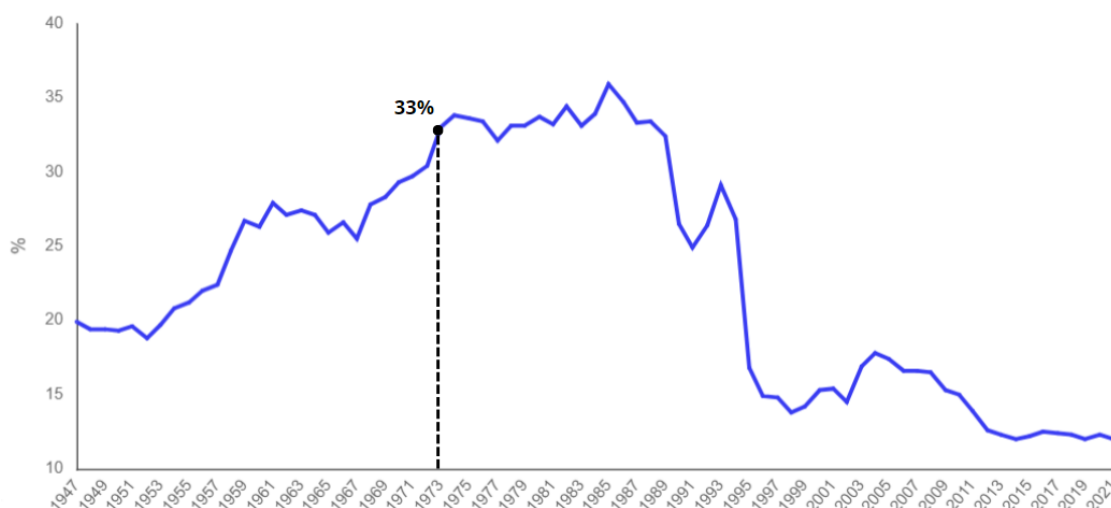
sustentasse por várias décadas. Entre 1932 e 1939 o crescimento da produção de manufaturas foi de 7,6% ao ano, chegando a representar 14,5% do PIB do país. Na década de 1950, o crescimento foi ainda maior. Por meio de políticas públicas direcionadas, o país viu nascer a siderúrgica de Volta Redonda, a Vale do Rio Doce, a Companhia Nacional de Álcalis e a Petrobrás, todas de controle estatal. O crescimento da produção industrial alcançada foi de 8,5% ao ano de 1946 a 1955. (MATTEI E JÚNIOR, 2009)

A partir de 1956, com a ascensão de Juscelino Kubitschek, tem-se o início do chamado “Plano de Metas”, conjunto de políticas que possuíam quatro objetivos: investimento direto do governo nos setores de transporte e energia; o estímulo industrial focado em produtos de bens intermediários; o estímulo à instalação industrial de bens de capital; e a construção de uma sede para o país, esta sendo Brasília. O plano, que durou até 1961, foi relativamente bem-sucedido e a taxa de crescimento anual da indústria chegou ao nível recorde de 11% ao ano. Contudo, trouxe uma elevada inflação ao país que atingiu 62% no período entre 1960-1965. (NOVAIS, 2018)

A ditadura militar inicia-se em 1964 e com ele diversos programas de estabilização, contenção da inflação e crescimento econômico, o primeiro sendo o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) que visava instruir medidas de estabilização monetária. Nesse período é criado o Sistema Financeiro Nacional (SFN), Banco Central do Brasil (Bacen) e o Conselho Monetário Nacional (CMN). O plano atinge seus objetivos e, por conta disso é lançado diversos outros de 1967-1972, dentre eles o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), Plano de Metas Base de Ação do Governo (PMBAG) e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Este período fica conhecido como milagre econômico e foi altamente influenciado pelo cenário internacional favorável, onde houve um aumento do comércio internacional por parte dos países desenvolvidos e do movimento de capital. (NOVAIS, 2018) A taxa de crescimento anual da produção industrial bate um novo recorde atingindo 12,7%. (MATTEI E JÚNIOR, 2009)

A participação da indústria de transformação no PIB brasileiro chega ao nível de 33%.

**Gráfico 3 - Participação da indústria de transformação no PIB brasileiro**



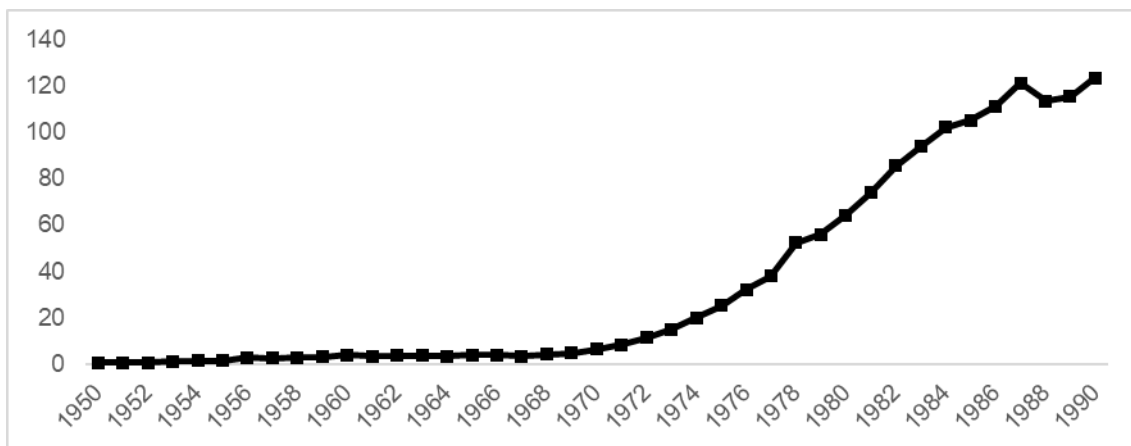
**Fonte:** Portal da indústria brasileira

A partir de 1973, o mundo passa pelo choque e crise do petróleo, período em que os preços do barril aumentaram significativamente por conta de conflitos no Oriente Médio. O Brasil responde a essa crise internacional com o II PND, visando manter o investimento na estrutura produtiva do país em conjunto com a tentativa de superar os desequilíbrios externos. Assim, a participação da indústria no PIB do Brasil se mantém, atingindo o pico histórico em 1987 com 35,9% de representatividade. (NOVAIS, 2018)

A década de 1980, contudo, é conturbada, ficando conhecida como a “década perdida”. Nos anos 1970, o país se beneficiou da alta liquidez global para tomar dívidas com a oferta elevada de eurodólares. De 1967 a 1973 a dívida externa líquida duplicou de tamanho atingindo USD 6,1 bilhões. Após 1973, o preço do petróleo chegou a multiplicar-se por quatro vezes, jogando o mundo em uma profunda crise de liquidez que restringiu a oferta de crédito. A dívida externa bruta, atingiu em 1977 USD 32 bilhões. Negociadas a taxas variáveis, o pagamento de juros chegou a USD 4 bilhões com a elevação da taxa de juros norte-americana em 1979. Em 1981, a dívida bruta duplica

atingindo USD 61,4 bilhões, sendo o pagamento de juros na faixa dos USD 9 bilhões. (BRESSER-PEREIRA, 1985)

**Gráfico 4** – Evolução da dívida externa bruta brasileira 1950-1990 (em USD bilhões)



**Fonte:** IPEADATA

Todos estes fatores levam o país a passar por uma outra crise de hiperinflação. Inúmeras tentativas de contê-la foram realizadas por meios dos planos monetários ao longo da década de 1980, sendo eles o Plano Cruzado, em fevereiro de 1986, o Cruzadinho, em julho de 1986, o Plano Cruzado II, em novembro de 1986, o Plano Bresser, em julho de 1987, o Plano Verão, em janeiro de 1989, o Plano Collor, em março de 1990, o Plano Collor II, em fevereiro de 1991, e o Plano Real em novembro de 1993. (NOVAIS, 2018)

O longo processo de industrialização brasileira é estagnado e os números da indústria passam a cair cada vez mais. A seguir será analisado como a liberalização da década de 1990 e o recebimento de IED contribuíram para este processo de desindustrialização e manutenção do subdesenvolvimento no Brasil.

## **2.2. Liberalização da década de 1990, IED recebido e suas consequências**

Conforme observado, até 1988, o Brasil adotou diversas políticas que visavam a proteção da indústria nacional que se iniciaram com a política de

substituição de importações logo após a crise de 1929. A proteção era feita tanto por meio de barreira tarifárias como não tarifárias, conforme elencado por Hay (2000). Sobre as barreiras tarifárias, para indústria manufatureira, por exemplo, em geral a tarifa média real cobrada era de 56%. Além disso, incidia a cobrança do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) para o câmbio realizado, TMP (imposto para investimento em instalações portuárias) e AFRMM (imposto que subsidiava a Marinha Mercante nacional). Somente com estes impostos, o custo do produto importado aumentava em média 28%. (HAY, 2000)

Em se tratando das barreiras não tarifárias, o Brasil contava no documento conhecido como “Anexo C” com 1.300 produtos que não tinham permissão de serem importados de forma alguma ao país. Além disso, toda empresa deveria apresentar anualmente um planejamento contendo as importações que seriam realizadas no período. Por fim, o acesso à crédito ou subsídios fiscais dependiam do conteúdo doméstico do projeto de investimento realizado por uma empresa. Havia 42 regimes especiais, estes que contabilizavam 70% de todas as importações (não contando o petróleo). Para esses regimes não eram cobrados impostos ou a alíquota era bastante reduzida pelo efeito da “Lei do Similar Nacional” onde uma companhia poderia realizar a importação de um produto apenas depois de demonstrar que não havia bem substituto ou semelhante disponível em território nacional. (HAY, 2000)

Com a ascensão de Collor em 1990, uma nova política de abertura é adotada no país. Três medidas tiveram mais impacto, segundo Hay (2000), a primeira sendo a abolição do supracitado “Anexo C” liberando a importação de mais de 1.300 produtos; em segundo, extinguiu-se os regimes especiais; e em terceiro, houve uma reforma tarifária que visava reduzir gradualmente os impostos incididos nos produtos importados com a meta de limitar a tarifa máxima cobrada em 40%. (HAY, 2000)

Mancuso e Oliveira (2005) notam ainda os dois movimentos simultâneos observados durante o plano de reforma e abertura iniciado em Collor. O primeiro sendo um plano “para dentro”, este que ocasionou em um aumento da expansão do mercado interno por conta do volume de produtos importados. O segundo movimento sendo “para fora” que possuía o intuito de expandir a participação do país em mercados internacional. A frase “exportar ou morrer”

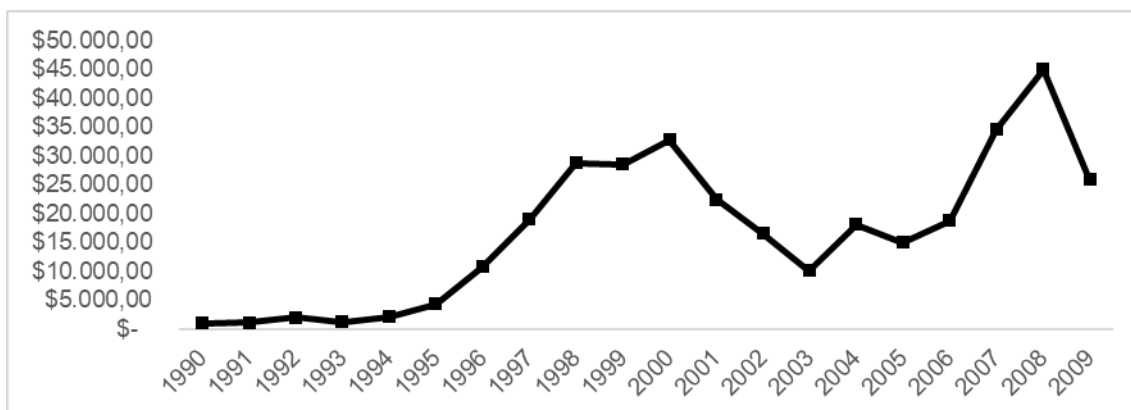
se torna bordão oficial nesta época, mostrando a prioridade do governo em se inserir na cadeia econômica global. (MANCUSO E OLIVEIRA, 2005)

Feito um panorama da situação brasileira do fim da década de 1980 e exposto como se deu a abertura econômica no início de 1990 com Collor, será analisado uma das consequências que a liberalização trouxe ao país, este sendo o recebimento de IED. No mundo, esta modalidade de investimento crescia mais acentuadamente a cada ano desde os governos de Reagan, nos EUA, e de Thatcher, no Reino Unido. Políticas de liberalização, abertura, o processo de globalização, financeirização, todos contribuíram para o aumento do estoque de IED no mundo que já atingia a casa de USD 1,7 trilhão em 1990. (IEDI, 2006)

Inúmeros analistas da época acreditavam que a abertura comercial, e a consequente atração de investimentos ao país levaria a um novo ciclo de crescimento, anteriormente observado com o processo de substituição das importações. Esperava-se desequilíbrios temporários, que com o tempo seriam sanados, com a redução da dívida externa e com a maior competitividade das filiais estrangeiras. Estas filiais seriam protagonistas na retomada do crescimento adotando um novo modelo focado no aumento das exportações, por meio de uma base mais produtiva e especializada. Além disso, esperava-se que a competitividade aumentaria também a eficiência de empresas privadas e estatais no país, devido à concorrência internacional que se encontrava já em níveis superiores de tecnologia e inovação. Contudo, não foi isso que ocorreu. (SARTI E LAPLANE, 2002)

De 1990 a 1995, o Brasil recebeu cerca de USD 2 bilhões em IED. Após a estabilização monetária conquistada pelo Plano Real em 1994, este montante passou a crescer em um ritmo cada vez mais acelerado. Na segunda metade da década de 1990, o país foi o principal destino de investimento na América Latina chegando a receber USD 32 bilhões em 2000. (SARTI E LAPLANE, 2002)

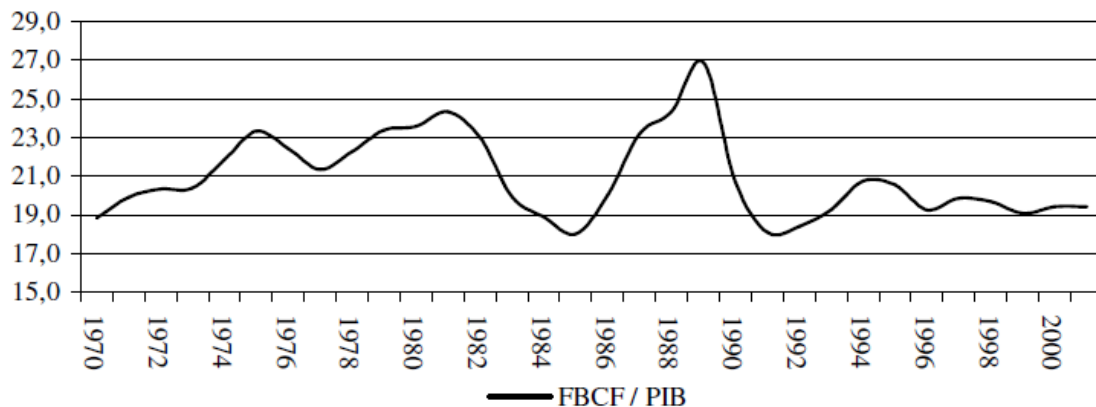
**Gráfico 5** – Evolução do IED recebido no Brasil 1990-2009 (em USD milhões)



**Fonte:** IPEADATA

Sarti e Laplane observam que as características dos investimentos recebidos vão contribuir de maneira diferente para o crescimento de uma nação. E diferentemente do caso chinês, onde o IED foi utilizado de maneira a permitir os efeitos *spill-over*, gerando transferência de tecnologia e inovação, a análise do IED recebido no Brasil (assim como em outros locais da América Latina) grande parte foi destinada apenas à ativos já existentes. Dessa forma, nota-se que mesmo com o aumento do investimento, não houve aumento significativo da “formação bruta de capital fixo” fator que determina a capacidade produtiva de uma nação. (SARTI E LAPLANE, 2002)

**Gráfico 6** – Relação entre a formação bruta de capital fixo e PIB (%) – 1970/2001



**Fonte:** IBGE/Elaboração SARTI E LAPLANE, 2002

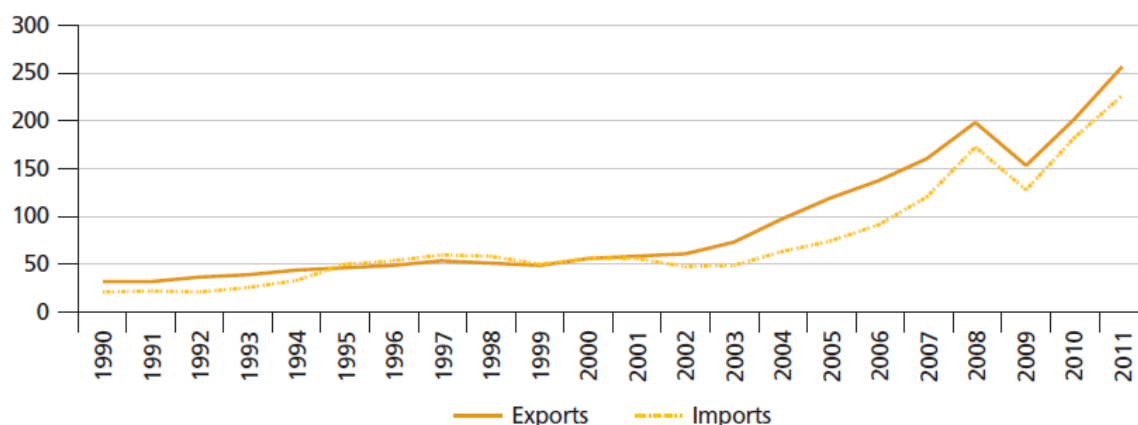
A grande maioria do IED recebido no país destinou-se às aquisições e privatizações de empresas até então estatais. Dentre os segmentos mais impactados tem-se indústrias, energia elétrica e telecomunicações. Em menor escala são afetados os setores eletroeletrônicos, higiene, automotivo, informática, mecânica, farmacêutica, alimentos, plásticos e borrachas. Desta forma, não há ganhos diretos de produtividade ao país. Na verdade, a produtividade adicional só virá na medida em que o novo proprietário se mostrar mais eficiente ou expandir a capacidade de produção do ativo recém adquirido. Em base de comparação, 95% do IED recebido na China neste mesmo período era destinado à novos ativos. (SARTI E LAPLANE, 2002)

A economia brasileira sofre uma desnacionalização de suas empresas. Em setores que dependiam muito de subsídios, que eram pouco eficientes e que não conseguiram adaptar-se ao novo cenário vieram a fechar, dando mais espaço às filiais estrangeiras. Com o esgotamento das privatizações e com as diversas crises que se instalaram em meados da transição do milênio, enxerga-se uma redução e estabilização do IED recebido no Brasil até 2006, vide Gráfico 6. (SARTI E LAPLANE, 2002)

Bastante influenciadas pela característica do IED recebido, as importações crescem no país até os anos 2000, tendo seu valor superior às exportações gerando déficit na Balança comercial. Esta situação só se alteraria com a estabilização econômica e aproveitamento do ciclo de commodities causado pela alta demanda chinesa a partir dos anos 2000.



**Gráfico 7 - Exportações e importações brasileiras (1990-2011)**



**Fonte:** Secex e MDIC/Elaboração Hiratuka e Sarti, 2016

Tendo em vista o exposto até então, percebe-se outras consequências da abertura comercial e recebimento de IED a partir da década de 1990, estas sendo a desindustrialização e reprimarização.

Quanto aos conceitos elencados, Oreiro e Feijó (2010) definem que existem mais de um tipo de desindustrialização, e esta pode até causar efeitos positivos para uma economia. Assim, a desindustrialização pode ser evidenciada quando o setor perde importância na geração de empregos e/ou de valor adicionado em uma economia. Um ponto observado é que uma nação pode ter um setor industrial em expansão em termos quantitativos de produção, porém isso não significa que o país não possa estar sofrendo uma desindustrialização. Outro ponto é que a desindustrialização pode estar sendo causada pela transferência da produção de maior capital intensivo para o exterior, causando um aumento da participação de indústria com maiores componentes tecnológicos, e consequentemente, de maior valor agregado. Este último caso pôde ser evidenciado em países desenvolvidos da América do Norte e Europa, sendo o caso positivo. As causas deste processo podem ser explicadas pelo aumento da participação de serviços em uma economia que atinge um patamar elevado de renda per capita. A queda da participação da indústria é gerada pelo aumento de produtividade, e foco nos setores mais tecnológicos e de maior valor agregado, não reduzindo o valor adicionado da mesma frente ao PIB de um país. (OREIRO E FEIJÓ, 2010)

Do outro lado, a desindustrialização pode vir acompanhada de uma “reprimarização”, ou seja, o país, por possuir recursos naturais expressivos,

pode virar sua pauta exportadora para produtos primários de baixo valor agregado (commodities) e baixo componente tecnológico, deixando de lado seu setor industrial. Tal fato é chamado de “doença holandesa”, ou “desindustrialização precoce” e é negativo para uma economia, pois o processo passa por um esgotamento antes de desfrutar do desenvolvimento econômico gerado pela indústria. Nesse caso, de acordo com a corrente de pensamento econômica heterodoxa a indústria é o motor de crescimento para o longo prazo em um país. (OREIRO E FEIJÓ, 2010) De acordo com os autores, dentre os benefícios estão:

(i) Os efeitos de encadeamento para a frente e para trás na cadeia produtiva são mais fortes na indústria do que nos demais setores da economia. (ii) A indústria é caracterizada pela presença de economias estáticas e dinâmicas de escala, de tal forma que a produtividade na indústria é uma função crescente da produção industrial. Esse fenômeno é conhecido na literatura econômica como “lei de Kaldor-Verdoorn”. (iii) A maior parte da mudança tecnológica ocorre na indústria. Além disso, boa parte do progresso tecnológico que ocorre no resto da economia é difundido a partir do setor manufatureiro. (iv) A elasticidade renda das importações de manufaturas é maior do que a elasticidade renda das importações de commodities e produtos primários. Dessa forma, a “industrialização” é tida como necessária para aliviar a restrição de balanço de pagamentos ao crescimento de longo prazo. (OREIRO E FEIJÓ, 2010)

Com todo o exposto, nota-se que o caso brasileiro pode ser explicado por uma desindustrialização precoce. A abertura comercial não trouxe o devido IED ao país, este que foi aplicado de modo a não favorecer a indústria nacional. Este processo foi responsável por transferir o capital humano da indústria para trabalhos com menor produtividade e valor agregado como o setor agroindustrial. De acordo com um estudo divulgado pelo IEDI, de 2004 a 2009 o saldo comercial da indústria passou de USD 17 bilhões para USD -4,83 bilhões. O setor de média intensidade tecnológica teve o saldo de USD -2,07 bilhões em 2004 reduzido para USD -19,19 bilhões. O de alta intensidade tecnológica reduziu de USD -5,58 bilhões em 2004 para USD -12,65 bilhões

em 2009. Outro dado é do saldo da balança comercial das commodities de 1992 a 2007, este que saltou de USD 11 bilhões para USD 46,8 bilhões, enquanto o salto de produtos manufaturados foi de USD 4 bilhões para USD 9,8 bilhões. No tocante aos setores de média e alta tecnologia houve um déficit comercial de USD 20,2 bilhões em 2007, evidenciando claramente o caso da “doença holandesa” para a economia brasileira. (OREIRO E FEIJÓ, 2010)

### 3. Conclusão

Nota-se que o investimento externo direto teve destaque no mundo moderno a partir da década de 1980 com as políticas neoliberais evidenciadas na Europa e América do Norte. A globalização possibilitou o florescimento de empresas multinacionais que passaram a realizar diversos investimentos fora de seus países de origem na busca por matéria prima, expansão de mercado, mão-de-obra mais barata, dentre inúmeros fatores. Contudo, o IED recebido por estas empresas nem sempre trouxe benefícios de longo prazo a um país. De acordo com suas características e com as políticas internas da nação receptora, este pode causar malefícios a uma determinada economia.

Dentre os casos analisados no artigo em questão, temos a China e o Brasil. O primeiro, conseguiu filtrar o IED recebido na intenção de atrair uma produção de maior valor agregada e voltada a exportação. Barganhando seu mercado interno e seu excesso de mão-de-obra, o país incentivou a criação de joint-ventures, estimulando o aumento de produção e formação bruta de capital fixo. Além disso, adquiriu *know-how* por meio do efeito spill-over causado por empresas com alto componente tecnológico, favorecendo o sócio chinês. Por fim, o lucro em tais empreitadas destinou-se majoritariamente ao Estado, este que continuou investindo intensivamente nos diversos setores do país até se modernizar.

O segundo, contudo, abriu a economia, porém estimulou majoritariamente a privatização de empresas até então estatais, o que não aumentou a capacidade de produção ou mesmo a produtividade do país. Estas subsidiárias não desenvolveram tecnologia no país e, se desenvolveram, o Brasil não

conseguiu se beneficiar por conta das características desse IED recebido. Acima de tudo estimulou o aumento das importações gerando déficits na Balança de Pagamentos.

A China, assim, foi se modernizando, desenvolvendo e se industrializando, necessitando, desta forma, de mais matéria prima. O Brasil, rico em matéria prima não conseguiu utilizar deste excedente na produção agrícola para estimular sua produção industrial, se tornando um exportador de produtos primários de baixo valor agregado. A indústria, protegida até a década de 1980, foi perdendo espaço até atingir níveis insignificantes na participação do PIB brasileiro. A desindustrialização precoce atinge a nação a partir da década de 1990 e o país perde capacidade produtiva, voltando seu foco para produtos primários, caracterizando a reprimarização da economia.

A relação entre os dois países passa a ser de centro e periferia devido às diferenças dos termos de troca. A China se mostrou bem-sucedida em superar (em partes, devido a sua elevada população) o subdesenvolvimento com sucesso em suas políticas de acumulação, aumento de produção interna e exportações.

Tem-se que a abertura econômica e o recebimento do investimento externo podem ser benéficos a um país desde que feitos com visão estratégica e políticas bem desenhadas. Uma abertura sem um objetivo definido e sem políticas que estimulem o crescimento, pode acabar minando a indústria interna de uma nação e fazendo com que o país perca competitividade no comércio global. O Brasil ainda possui um grande caminho pela frente se quiser repetir os passos da nação asiática no sentido de se modernizar e desenvolver-se.

## **Referências Bibliográficas**

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing**: Lineages of the twenty-first century. 1. ed. London/New York: Verso, 2007. p. 277-378.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **EMPRESAS MULTINACIONAIS E INTERESSES DE CLASSE**. Encontros com a Civilização Brasileira, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 11-27, out./1978.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **DESENVOLVIMENTO E CRISE NO BRASIL 1930-1983**. Brasiliense, São Paulo, 1985.

COUTO, Joaquim Miguel. Raúl Prebisch e a concepção e evolução do sistema centro-periferia. **SciELO**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-1, mar./2017.

DUNNING, John; LUNDAN, Sarianna. **Multinational Enterprises and the Global Economy**. 2. ed. Northampton: Edward Elgar Publishing Inc., 2008.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: A new history**. 2. ed. Londres: THE BELKNAP PRESS OF HARVARD UNIVERSITY PRESS, 2006.

FILHO, M. D. A. O investimento externo direto e o desenvolvimento da China. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 7, n. 2, p. 109-125, jan./2007.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1974.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E CHINA: ANÁLISE DOS FLUXOS DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 83-98, jan./2016.

HYMER, Stephen. **The international operations of national firms: A study of direct foreign investment**. 1. ed. Massachusetts: MIT, 1976.

IPEADATA. **Dívida Externa Bruta**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38367>. Acesso em: 21 dez. 2022.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. The political economy of reforms and the present Chinese transition. **Brazilian Journal of Political Economy**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 4, p. 789-807, dez./2017.

JÁ ONLINE. **DIEGO PAUTASSO/ Made in China 2025**. Disponível em: <https://www.jornalja.com.br/colunas/diego-pautasso-made-in-china-2025/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

KEYNES, John Maynard. **A TEORIA GERAL DO EMPREGO, DO JURO E DA MOEDA**. 1. ed. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KUME, Honorio; PIANI, Guida. **A Abertura Comercial Brasileira nos Anos 1990: impactos sobre emprego e salário**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2003. p. 9-38.

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ASCENSÃO DA CHINA COMO POTÊNCIA: FUNDAMENTOS POLÍTICOS INTERNOS**. 1. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

MATTEI, Lauro; JÚNIOR, J. A. D. S. Industrialização e Substituição de Importações no Brasil e na Argentina: Uma Análise Histórica Comparada. **Revista de Economia**, Paraná, v. 35, n. 1, p. 93-115, abr./2009.

MENDONÇA, M. A. A. D; FILHO, C. R. D. F. U. L; OLIVEIRA, J. K. B. D. S. A NOVA ROTA DA SEDA E A PROJEÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL DA CHINA: REDES DE FINANCIAMENTO E FLUXOS DE INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO (IED). **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, v. 1, n. 31, dez./2021.

MORAIS, I. N. D. CHINA EM TRANSFORMAÇÃO: DIMENSÕES ECONÔMICAS E GEOPOLÍTICAS DO DESENVOLVIMENTO. **IPEA**, Rio de Janeiro, p. 45-80, 2015.

NOVAIS, Ivo Costa. Substituição de importações no Brasil: Uma análise comparada da evolução das pautas exportadoras de Brasil, China e Coreia do Sul (1962-2000). **Revista Debate Econômico**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 46-72, jun./2018.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A.. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, jan./2010.

PAUTASSO, Diego. A economia continental chinesa e seu efeito gravitacional. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 2, p. 45-56, jul./2011.

PERFIL DA INDÚSTRIA BRASILEIRA. **PIB DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO**. Disponível em: <https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/total/producao/#!/industria-transformacao>. Acesso em: 23 dez. 2022.

SARTI, Fernando; LAPLANE, Mariano F.. O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 63-94, jun./2002.

SHENKAR, O. **O Século da China**. Porto Alegre: Bookman, 2005

UNCTAD. **Global foreign direct investment flows over the last 30 years**. Disponível em: <https://unctad.org/data-visualization/global-foreign-direct-investment-flows-over-last-30-years>. Acesso em: 8 dez. 2022.

WANG, Yanyi; FARIA, M. D. D; CARVALHO, J. L. F. Investimento externo direto chinês no Brasil: Motivações, desafios e perspectivas. **Revista eletrônica de negócios internacionais**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 1-21, ago./2013.

ZHAO, Z. *et al.* China's Industrial Policy in Relation to Electronics Manufacturing. **China & World Economy**, Londres, v. 15, n. 3, p. 33-51, jan./2007.